

PROCESSO - A. I. Nº 278936.0021/03-1
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - CIA. MELHORAMENTOS DO OESTE DA BAHIA
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JF Nº 0343/01-04
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 25.11.2004

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO CJF Nº 0397-11/04

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Comprovado o cancelamento das notas fiscais relativas a uma parte do débito e o pagamento através de certificado de crédito do restante. Infração elidida. 2. LIVROS FISCAIS. FALTA DE LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Comprovado o pagamento através de certificado de crédito referente a parte do débito. Infração parcialmente caracterizada. 3. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. FALTA DO COMPETENTE DOCUMENTO FISCAL COMPROBATÓRIO DO DIREITO AO CRÉDITO. Apresentada documentação comprobatória. Infração insubsistente. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela 1ª JF, em razão de sua Decisão que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em tela, imputando ao contribuinte as seguintes infrações:

1. Deixou de recolher ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas, referente às saídas de produtos agropecuários no período de março a agosto e dezembro de 2000 e julho de 2001;
2. Deixou de recolher ICMS, no prazo regulamentar, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, relativo às saídas tributadas de produtos agropecuários, sem apresentação dos comprovantes de pagamento, no período de dezembro de 2000 e junho, outubro e novembro de 2001;
3. Deixou de recolher, no prazo regulamentar, ICMS referente a operações não escrituradas nos livros fiscais próprios, relativo às saídas tributadas de produtos agropecuários, sem apresentação dos comprovantes de pagamento, no período de outubro e novembro de 2001;
4. Utilizou indevidamente crédito fiscal do ICMS, sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito, no mês de dezembro de 2000.

Sustenta a Decisão da 1ª JF, ora recorrida:

- tendo em vista que foram respeitadas as disposições do art. 18 do RPAF/99, rejeita o pedido de nulidade da autuação por falta de motivação para a lavratura do Auto de Infração.
- quanto à infração 1, em relação às Notas Fiscais nºs 2258, 2260 e 2261, entende que não ficaram provados os cancelamentos, pois os documentos foram corretamente emitidos, não possuindo indicações do referido cancelamento, e tiveram os respectivos canchotos destacados.

- estar caracterizada a infração em relação às Notas Fiscais n^{os} 1526, 1601, 1607, 1951, 1628 e 1629, reconhecidas pelo recorrido, e n^{os} 776 a 1156, cujos pagamentos não foram comprovados.
- em relação à infração 2, entende não subsistir, por terem sido comprovados os pagamentos relativos às Notas Fiscais n^{os} 2172 a 2453, através de certificado de crédito, conforme o demonstrativo do controle do crédito acostado pelo recorrido, fato reconhecido pelo autuante, e o cancelamento das Notas Fiscais n^{os} 1651 a 1655, conforme o PAF n^o 087477/2001-6, deferido pelo Inspetor Fazendário.
- na Infração 3, comprovou que as Notas Fiscais n^{os} 2239, 2241, 2306, 2307, 2308, 2310, 2320, 2321 e 2322 tiveram o imposto pago através de certificado de crédito, conforme o demonstrativo do controle do crédito acostado pelo recorrido, fato reconhecido pelo autuante, remanescendo subsistente a infração em relação às demais notas fiscais, conforme tabela à fl.379 dos autos.
- quanto à Infração 4, entende que esta é insubsistente, pois tendo as notas fiscais e os certificados de crédito sido cancelados e substituídos por outras notas fiscais e certificados de crédito emitidos para novo destinatário, comprovado pelo PAF n^o 087477/2001-6, anexado aos autos, ficou comprovado no mesmo período o débito no livro registro de saídas e o referido crédito no livro registro de entradas, sendo o mesmo compensado, não havendo prejuízo para os cofres públicos.
- salienta que a multa a ser aplicada na Infração 3 é a prevista no art. 42, III da Lei n^o 7.014/96.

Concluiu pela Procedência Parcial do Auto de Infração, de forma a serem mantidas integralmente a infração 1 e parcialmente a infração 3, conforme demonstrativo à fl. 379 dos autos.

Em atendimento ao art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto n^o 7.629/99, alterado pelo Decreto n^o 7.851/00, com efeitos a partir de 10.10.00 a 1^a JF do CONSEF recorreu de Ofício a esta CJF.

Intimado da referida Decisão à fl.386, o recorrido não apresentou Recurso Voluntário.

VOTO

Após análise dos autos, verifico que a 1^a JF decidiu acertadamente ao modificar a Decisão ora recorrida, senão vejamos.

Em relação à infração 2, restou comprovado nos autos o pagamento relativo às Notas Fiscais n^{os} 2172 a 2453, através de certificado de créditos, conforme o demonstrativo do controle do crédito acostado pelo contribuinte e reconhecido pelo autuante. Da mesma forma, restou demonstrado o cancelamento das Notas Fiscais n^{os} 1651 a 1655, de acordo com o PAF n^o 087477/2001-6, o qual foi deferido pelo Inspetor Fazendário.

Quanto à infração 3, ficou evidenciado nos autos que as Notas Fiscais n^{os} 2239, 2241, 2306, 2307, 2308, 2310, 2320, 2321 e 2322 tiveram o imposto pago através de certificado de crédito, fato, inclusive, reconhecido pelo autuante, remanescendo subsistente a infração em relação às demais notas fiscais, conforme tabela à fl.379.

Por fim, no que se refere à infração 4, acolho os argumentos do órgão julgador.

Ante o exposto, considerando que foi devolvida a questão concernente às infrações 2 3 e 4, na forma de Recurso de Ofício, e por não constatar nos autos fatos ou fundamentos capazes de alterar o julgado, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso, para manter, na íntegra, a Decisão

recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 278936.0021/03-1, lavrado contra **CIA. MELHORAMENTOS DO OESTE DA BAHIA**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$26.078,38**, acrescido das multas de 60% sobre R\$21.608,22 e 70% sobre R\$4.470,16, previstas no art. 42, II, “a” e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de novembro de 2004.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

MARCOS ROGÉRIO LYRIO PIMENTA – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE– REPR. DA PGE/PROFIS